Correio Braziliense | Brasília, quinta-feira,28 de março de 2024

Direito&Justiça

Editora
Ana Maria Campos
anacampos.df@dabr.com.br
Tel. 3214-1344

Ana Maria Campos

Linha direta com o presidente

"Esses são os mandantes do crime". Há seis anos, o Brasil esperava uma resposta para a pergunta que não queria calar: "Quem mandou matar Marielle?" A solução para o duplo homicídio que comoveu o país e teve repercussão internacional, ocorrido em março de 2018, foi divulgada na tarde de domingo. Discreto, avesso a holofotes, o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Passos Rodrigues, 53 anos, detalhou a operação que levou à prisão dos irmãos Brazão e do ex-chefe da Polícia Civil do Rio Rivaldo Barbosa.

Os possíveis mandantes da execução da vereadora Marielle Franco (PSol) e do motorista Anderson Gomes só foram conhecidos porque a Polícia Federal, sob o comando de Andrei Rodrigues, assumiu a investigação com responsabilidade e comprometimento no início de 2023. Durante cinco anos, segundo apontou o inquérito da PF, a apuração foi sabotada pela Polícia Civil do Rio.

Há duas semanas, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, anunciou que o acordo de delação premiada com o matador de aluguel Ronnie Lessa foi homologado pelo ministro Alexandre de Moraes, responsável pelo inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF). Neste domingo, Lewandowski garantiu: "Caso encerrado".

O desfecho da apuração sobre a morte de Marielle vai entrar para a biografia do delegado Andrei Rodrigues. Segurança do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva na campanha de 2022, ele foi mantido, por decisão do presidente da República, quando houve troca no Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a saída de Flávio Dino, para assumir a toga no Supremo Tribunal Federal, e a entrada de Lewandowski.

Lula tem interlocução direta com Andrei. Mas a aproximação não é antiga. Os dois se conheceram na campanha. O delegado foi escolhido para coordenar a segurança da campanha em um período conturbado, quando havia risco de atentados na corrida eleitoral, pela grande polarização na disputa pelo Palácio do Planalto e críticas bolsonaristas ao sistema de votações. O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) cuidava da integridade do então candidato à reeleição, Jair Bolsonaro. Os demais candidatos escolheram sua equipe.

Andrei passou pelo crivo do advogado de Lula à época, Cristiano Zanin, hoje ministro do STF, do atual advogado-geral da União, Jorge Messias, e do capitão do Exército da reserva Valmir Moraes da Silva, conhecido como Moraes, que trabalha como segurança do presidente havia duas décadas. Na PF, havia uma aposta de que Andrei, pela capacidade técnica e a partir da boa relação com o núcleo petista, seria o próximo diretor-geral, caso Lula vencesse a eleição. E foi o que aconteceu.

Na campanha, Andrei se aproximou do presidente. Em 2010, ele também coordenou a segurança da campanha de Dilma Rousseff (PT) e tinha bom diálogo com interlocutores do PT. Em sua gestão, conquistou ainda mais a aprovação de Lula graças a outro inquérito de grande repercussão tocado pela PF desde 8 de janeiro do ano passado: a Operação Lesa Pátria que apura as responsabilidades pelo quebra-quebra na Praça dos Três Poderes, numa tentativa de golpe contra a democracia.

Até o momento, foram cumpridos 100 mandados de prisão e 347 de busca e apreensão em 25 fases da Lesa Pátria, sem contar as 1.393 prisões em flagrante em decorrência dos atos de 8 de janeiro, promovidas nos dias que sucederam à depredação do prédio do STF, do Congresso e do Palácio do Planalto.

Andrei chegou a advertir que o clima na ocasião era perigoso. Ele já apostava que aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro, inconformados com o resultado das urnas, preparavam um confronto perigoso na Esplanada dos Ministérios. Era uma sequência do clima de animosidade da campanha presidencial, em que Andrei chegou a pedir a prisão de mais de 30 pessoas por ameaças a Lula.

Em 12 de dezembro, uma tentativa de ocupação da sede da Polícia Federal em Brasília, com depredação de ônibus e incêndio de carros, foi uma demonstração de que o clima era de guerra. O conflito teve início depois que José Acácio Serere Xavante foi preso, por ordem do ministro Alexandre de Moraes, acusado de envolvimento em protestos antidemocráticos. A prisão ocorreu a pedido de Andrei Rodrigues, na condição de chefe da segurança de Lula, três semanas antes da posse do presidente e do novo diretor-geral da PF.

Gaúcho, de Pelotas, o delegado está na PF há 20 anos, onde ocupou o primeiro cargo de chefia na Delegacia de Repressão a Entorpecentes em Manaus/AM. Também atuou nas Delegacias de Repressão a Crimes Fazendários em Porto Alegre/RS e do Aeroporto Internacional em Brasília/DF.

Foi oficial de Ligação da Polícia Federal em Madri, na Espanha. Na Europa, fez Mestrado em Alta Gestão em Segurança Internacional pelo Centro Universitário da Guardia Civil da Espanha (CUGC) e na Universidade Carlos III de Madrid (UC3M).

Atuou como secretário extraordinário de segurança para grandes eventos – responsável pela segurança da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio, em 2016.

Na direção-geral da PF, além do caso Marielle e da Operação Lesa Pátria, outras investigações constam do currículo de Andrei Rodrigues. É o caso da Operação Libertação, com ações permanentes de combate ao crime na terra indígena Yanomami, em especial contra o garimpo ilegal. Em 2023, foram deflagradas 13 operações especiais na região, com mais de 200 prisões. O trabalho da PF reduziu os alertas relacionados à extração ilegal de minérios em 82,65%.

Destaca-se também a atuação da Polícia Federal em 2023 de recadastramento de armas dos chamados CAC's (colecionadores, atiradores e caçadores). Foram cadastradas 939.496 armas. Nas ações de controle ao tráfico de armas e armamento ilegal, a PF apreendeu 4.495 armas e 207.605 munições no último ano.

Quando escolheu Andrei para a direção-geral da PF, Lula — talvez traumatizado pelos escândalos da Operação Lava-Jato — pediu que a instituição trabalhasse sem espetáculos. Não queria ver no noticiário as imagens de alvos sendo presos e medidas invasivas sendo expostas à exaustão. Tampouco que delegados comentassem publicamente ou em entrevistas dados de investigação em curso.

Assim foi cumprido. Andrei Rodrigues ordenou que delegados e agentes adotassem uma postura discreta no momento da abordagem aos investigados. Policiais federais devem seguir o regulamento sob pena de sofrerem punições. O diretor-geral diz que o foco é a busca de qualidade das provas que resultem em condenações.

Ele também defende que agentes, delegados e escrivães não devem misturar polícia com política para evitar a contaminação do trabalho de investigação. Na avaliação do diretor-geral, é necessário aprovar uma regra que impeça policiais de manterem vínculos partidários. Quem quiser concorrer a cargos eletivos deve pedir exoneração. Agentes e delegados que atuaram na Lava-Jato ou que mantiveram vínculo muito próximo com o bolsonarismo foram escanteados.

Para alguns integrantes da PF, Andrei é um quadro técnico, mas tem lado: o governo Lula. A afinidade com o presidente é clara. Mas ele respeita a liturgia e, apesar da relação direta com o presidente da República, e com o ministro Alexandre de Moraes, sem precisar passar pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério Público, o diretor-geral da PF sempre procura prestar contas a essas duas instâncias.